

# Jobim nega, no Senado, envio de armas a Chávez

Denúncia de envio de material bélico do Brasil para a Venezuela, feita por agência privada de inteligência e apresentada em Plenário pelo senador Arthur Virgílio, mobilizou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que esteve na Presidência do Senado no início da noite e negou o fornecimento de armas ao presidente venezuelano Hugo Chávez. **Página 5**



Acompanhado de Juniti Saito (E), Jobim presta esclarecimentos a Garibaldi Alves, Heráclito Fortes, Marcondes Gadelha e Arthur Virgílio

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.758 – Brasília, quarta-feira, 5 de março de 2008



No Plenário, senadores ostentam flores distribuídas por manifestantes favoráveis à liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias. Em sessão prevista para as 14h de hoje, o Supremo Tribunal Federal julga ação direta de inconstitucionalidade pedindo a revogação de dispositivo da Lei de Biossegurança que autoriza esse tipo de pesquisa. **Página 2**

## CPI tem acordo. Orçamento pode ser votado hoje

PT decide aceitar relatoria da CPI dos Cartões Corporativos, encerrando impasse. Já a votação do Orçamento ainda depende de entendimento

O líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands, anunciou ontem, após reunião no Palácio do Planalto, que o partido decidiu aceitar a relatoria da CPI Mista dos Cartões Corporativos, que deverá ser presidida pela senadora Marisa Serrano, do PSDB. A bancada do PT na Câmara vinha reivindicando a presidência da comissão. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, marcou para as 19h de hoje reunião do Congresso destinada a votar o Orçamento da União para 2008. A aprovação da proposta depende de acordo entre os líderes a respeito de um anexo que destinou recursos a emendas parlamentares. **Página 3**

## Fundo de aval para crédito no campo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou projeto que visa facilitar a obtenção de crédito rural. **Página 7**

## Projeto dá 90 dias de prazo para restituição do IR

Prazo para devolução será contado a partir do último dia útil previsto para entrega da declaração, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 8**



Senadores votam na CAE, mas decisão final ainda vai para o Plenário do Senado

## Comissão quer incentivo para música regional

A música regional poderá – ao lado da erudita e da instrumental – receber os benefícios fiscais da Lei Rouanet. A medida foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Página 4**





## Pesquisas com células-tronco

Em 20 de abril de 2007, o STF realizou a primeira audiência pública de sua história, para discutir com cientistas o uso de células-tronco embrionárias. A seguir alguns dos argumentos utilizados nos debates:

### Favoráveis à liberação

- O embrião congelado só terá vida com intervenção humana. Portanto, não há como falar em aborto.
- Existe um estoque de embriões congelados há mais de três anos nas clínicas de fertilização que em vez de serem descartados devem ser usados para a pesquisa.
- Os estudos com células-tronco podem beneficiar milhões de pessoas se levarem à cura de doenças como diabetes, câncer, mal de Parkinson e



mal de Alzheimer e se ajudarem no tratamento de pessoas que tiveram lesões na medula vertebral.

- Não há alternativas para substituir as células-tronco embrionárias nas pesquisas, pois só elas podem se diferenciar em outros tecidos e regenerar órgãos.
- O país ficaria atrasado tecnologicamente e pagaria royalties para usar os resultados de pesquisas realizadas em outros países.

### Contrários à liberação

- O embrião é o protagonista do processo de constituição do ser humano.
- O embrião é uma vida humana, independentemente de estar no útero ou não.



· A partir da fecundação se definem as características genéticas do indivíduo, seu sexo e até seus dons particulares.

- As células-tronco adultas podem ser usadas em substituição às células embrionárias nas pesquisas científicas.

Fonte: STF.

# Senadores apóiam uso de células-tronco

Antes da sessão de hoje, às 14h, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que pede a revogação de dispositivo da Lei de Biossegurança, o Plenário foi palco de manifestações favoráveis à liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias.

O presidente da Casa, Garibaldi Alves, recebeu manifestantes favoráveis à pesquisa e, em discursos, João Pedro (PT-AM) e Serys Slhessarenko (PT-MT) disseram esperar que o STF declare a lei constitucional e que a visão técnica e científica prevaleça, com reconhecimento aos avanços da

Lei de Biossegurança (11.105/05), aprovada pelo Congresso.

Em apartes, vários senadores apoiaram os pronunciamentos. Mão Santa (PMDB-PI) chamou a atenção para a possibilidade de o país pagar caro por resultados de pesquisas estrangeiras com embriões. Augusto Botelho (PT-RR) lembrou que somente embriões com mais de três anos de congelamento poderão ser usados. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a possibilidade de cura de diabetes e Alzheimer. Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a análise do ponto de vista político e não religioso.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Ciência e Tecnologia analisa serviços de telecomunicações

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se, às 8h45, para votar a proposta que determina a compensação de valor correspondente à suspensão de serviços de teleco-

municações prestados em regime público ou privado. Na pauta de 18 itens, há ainda 11 projetos de decreto legislativo que tratam de concessão de funcionamento de emissoras de radiodifusão.

## Comissões debatem compra de terras por estrangeiros

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debatem, às 10h, em audiência pública, investimentos de grupos es-

trangeiros para a compra de terras brasileiras. Entre os convidados, estão os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

### CPI das ONGs

Às 9h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs reúne-se para ouvir os depoimentos dos ex-diretores da ONG UniTrabalho Jorge Lorenzetti e Arquimedes Ciloni; e do promotor de Justiça de São Paulo Airtton Grazioli.

### Legislação sanitária

Proposta que consolida a legislação sanitária federal e o substitutivo aos projetos que asseguram o direito de escolha do banco para receber o salário fazem parte da pauta de 11 itens da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Reunião às 11h.

### Biodiesel

A Comissão de Serviços e Infra-Estrutura (CI) promove reunião, às 14h, para discutir e votar dez projetos. Entre eles, as proposições que dispõem sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

## Legislação eleitoral na pauta da Comissão de Justiça

Substitutivo a três propostas que disciplinam o envio de mensagens eletrônicas comerciais será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também será analisado o projeto que altera a le-

gislação eleitoral (Lei 9.504/97), a fim de disciplinar a divulgação, no horário de propaganda eleitoral no rádio e na TV, dos candidatos que respondem a processos criminais e por quebra de decoro parlamentar. Consta da pauta da CCJ, às 10h, 14 itens.

## CE discute papel das fundações de ensino superior

A Comissão de Educação (CE) reúne-se às 10h, em audiência pública, para discutir o papel e a gestão das fundações vinculadas às instituições federais de ensino superior. Os convidados são o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), Arquimedes

Diógenes, o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Leonardo Azeredo Bandarra, e o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland.

### Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião, às 14h30, para analisar projetos e requerimentos.

### Três MPs trancam votações em Plenário

A sessão das 14h é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias (MPs) e projeto de lei de conversão.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Cláudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Magno Malta e João Vicente Claudino

## Regras para divulgar gastos de senadores

A prestação de contas da verba indenizatória de cada senador só é divulgada na internet depois de análise de toda a documentação comprobatória da despesa e, também, após ser esta efetivamente paga, informou o diretor da Secretaria de Fiscalização e Controle do Senado, Aloysio Vieira. De acordo com ele, por isso nem todas as prestações de contas estão ainda na página do Senado na *web*.

– O senador nos encaminha *online* a lista das despesas, nós analisamos cada item e enviamos a lista para que o 1º secretário da Casa, senador Efraim Moraes [DEM-PB], autorize o pagamento. Só no retorno dessa lista é que as despesas são efetivamente pagas e divulgadas na internet – esclareceu.

### Análise efetiva

Sobre o fato de que vários senadores já enviaram suas prestações de contas à Secretaria de Fiscalização e Controle e até agora não tiveram suas despesas divulgadas, Aloysio explicou que isso se deve a informações inexatas.

– Às vezes, inadvertidamente, ocorrem erros como, por exemplo, uma nota fiscal que não compreende o serviço qualificado, data inexata, nota fiscal vencida etc. Mas a divulgação da despesa só é feita com a análise da documentação, e depois de paga – assinalou.

No primeiro dia de prestação de contas da verba indenizatória, apenas 22 dos 81 senadores tiveram suas despesas divulgadas no *site* da Casa. Cada parlamentar tem direito a R\$ 15 mil mensais de verba indenizatória – destinada ao ressarcimento de despesas com aluguel de escritório, hospedagens, passagens, combustíveis, pesquisas e divulgação, entre outras –, mas a prestação de contas pode ser feita trimestralmente.

Bancada petista desiste da presidência da CPI sobre cartões corporativos, que ficará com a Tucana Marisa Serrano, e Garibaldi diz acreditar que, ainda nesta semana, serão feitas as indicações restantes

# Após reunião de líderes, PT aceita a relatoria da CPI dos Cartões

Após reunião ontem no Palácio do Planalto, o líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands (PE), anunciou que o partido decidiu aceitar a relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. A bancada do PT vinha pedindo a presidência da comissão depois que acordo firmado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), cedeu o cargo ao PSDB.

Participaram ainda da reunião o

líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (RS), a líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), e um representante do ministério das Relações Institucionais.

Rands afirmou que deseja a instalação da CPI mista “o mais rápido possível”.

– Espero que a comissão faça um bom trabalho investigativo, uma investigação séria. O PT não era intransigente na proposta, apenas queria

convencer as bancadas aliadas de que a presidência seria o melhor formato. Mas não conseguiu – disse.

Ficaram confirmadas as indicações da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para a presidência da CPI e do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria. De acordo com Rands, os outros deputados petistas que deverão compor a comissão são Paulo Teixeira (SP), Nilson Mourão (AC) e Vignatti (SC).

## Comissão deve ser instalada até sexta-feira

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, adiantou que a CPI que vai investigar abusos no uso de cartões de crédito corporativos do governo federal será instalada até sexta-feira. Embora ainda faltem uma indicação do Bloco de Apoio ao Governo, uma do PTB e outra do PDT, Garibaldi acredita que não será preciso sua intervenção no processo para estabelecer prazo para essas indicações ou para ele mesmo providenciá-las.

– Eles vão indicar. Vou fazer um apelo agora para que todos possam indicar. Eu estou à disposição das lideranças no sentido de fazer com que os indicados possam convergir



Garibaldi (C) participa de reunião com líderes na qual o PT aceitou relatoria da CPI

para a instalação. A CPI está pronta para ser instalada – garantiu.

Garibaldi também acredita que, a partir de agora, o Congresso estará apto a votar o Orçamento da União para 2008. Sua expectativa se baseia no fim do impasse gerado pela resistência do PT em ceder a presi-

dência da CPI dos Cartões Corporativos ao PSDB, conforme acordo negociado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá.

Segundo o presidente do Senado, a votação deve ocorrer hoje às 19h.

– Vamos ter uma reunião à tarde com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão (PMDB-PB), e o relator, deputado José Pimentel (PT-CE), para que o relator possa prestar os últimos esclarecimentos. Alguns senadores ainda têm dúvidas sobre o Anexo de Metas – comentou.

## Marisa Serrano e Jucá apostam em harmonia política

A CPI dos Cartões Corporativos deve ser instalada em clima de harmonia política. A expectativa foi manifestada pela presidente da comissão, Marisa Serrano, e pelo líder do governo, Romero Jucá.

Marisa Serrano acredita que a CPI deverá ser instalada hoje e iniciar seus trabalhos de imediato. A senadora considerou acertada a decisão do PT de aceitar a relatoria da comissão.

– Foi uma decisão sensata. Fico muito contente que a gente comece sob o signo da harmonia.

Romero Jucá também saudou a decisão. “O PT não cedeu. O PT entendeu, colaborou, participou do entendimento e vai indicar o relator, que é uma posição chave, fundamental na investigação. É importante

que, agora, a gente tenha harmonia política para investigar e votar matérias importantes que tramitam no Congresso”, frisou Jucá, ressaltando a necessidade de aprovação do Orçamento.

Quanto à possibilidade de as investigações partirem do uso dos cartões corporativos na gestão Fernando Henrique Cardoso, Marisa Serrano adiantou que a decisão será negociada com o relator da CPI, mas defendeu o início dos trabalhos “pelos fatos que

motivaram a criação da comissão”, ou seja, pelas denúncias de desvio no uso dos cartões no governo Lula.

– A CPI depende, e muito, da boa vontade do governo quanto à celeridade no envio de documentos. Mas acredito que não haverá problema.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que permanece na Mesa do Senado, pronto para leitura, requerimento para criação de uma CPI exclusiva do Senado para investigar os cartões corporativos.

– Não é uma ameaça, mas vamos acompanhar o funcionamento da comissão mista, que tem maioria do governo. Se os requerimentos que fizemos forem sistematicamente rejeitados, poderemos criar uma CPI no Senado – admitiu.



Jucá e Marisa Serrano aprovam decisão do PT e acreditam que CPI será instalada em breve



## Relatório final do Orçamento pode ser votado hoje

A sessão do Congresso em que será votado o Orçamento da União para 2008 foi marcada para as 19h de hoje. Com o objetivo de buscar um acordo que evite a obstrução da votação do relatório final em Plenário, porém, os líderes se reunirão previamente no gabinete da Presidência com o relator e com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O encontro está marcado para as 15h.

Segundo Garibaldi Alves, ainda persistem dúvidas em relação ao Anexo de Metas e Prioridades, que destinou R\$ 534 milhões a obras nos estados por meio de emendas parlamentares. O PSDB chegou a retirar os membros do partido da CMO em protesto pelo anexo e ameaçou “obstacularizar” a votação em Plenário. Garibaldi defendeu o entendimento.

– Não podemos submeter o Orçamento a uma queda-de-braço entre governo e oposição. Quase tudo depende do Orçamento.

### Crise na América Latina

De acordo com Renato Casagrande (PSB-ES), que também participou da reunião de líderes, os senadores vão encaminhar um requerimento à Organização dos Estados Americanos (OEA) parabenizando a entidade pela intermediação na crise envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela.

## Belgas querem conhecer bicameralismo

Uma missão diplomática composta por dez parlamentares belgas visitará o Senado brasileiro no próximo dia 27 com o objetivo de conhecer o sistema federal brasileiro. Os membros do Parlamento valão, interessados sobretudo na dinâmica do bicameralismo, serão recebidos pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Marco Maciel (DEM-PE).

O encontro foi acertado ontem em visita de cortesia do embaixador da Bélgica, Johan Ballegeer, a Garibaldi Alves Filho.



## Audiências sobre controle de gastos públicos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a realização de ciclo de debates voltados para a realidade do controle interno e externo de gastos públicos, com vistas ao aperfeiçoamento dos modelos vigentes. Entre os convidados, estão integrantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de tribunais de contas e do Ministério Público e estudiosos da área. O autor do requerimento é Renato Casagrande (PSB-ES).

A comissão acolheu, ainda, parecer de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre aviso do TCU com os resultados da auditoria realizada nos Correios sobre terceirização de agências. Como a auditoria apontou favorecimento das franqueadas, o parecer solicitou várias providências, inclusive audiência pública com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o presidente da ECT, Carlos Henrique Custódio, e o ministro do TCU Ubiratan Aguiar.

## Subcomissão vai tratar dos direitos das mulheres

A partir de amanhã, o Senado terá uma subcomissão permanente criada para discutir a efetivação e a consolidação dos direitos humanos da mulher. O novo colegiado, que será instalado às 9h, tratará de temas como o combate à violência doméstica, além de questões referentes à saúde da mulher e à sua integridade moral nos diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente de trabalho.

A Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, que será instituída no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi proposta em requerimento assinado pelas senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Os trabalhos terão início com audiência sobre a atuação da mulher nos espaços de poder.

Senador afirma que depoimento de promotores feito ontem na CPI das ONGs serviu para apontar caminhos à comissão

# Alvaro defende quebra de sigilo da direção da Finatec

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o depoimento dos promotores do Ministério Público do Distrito Federal Gladaniel Palmeira de Carvalho e Ricardo Antônio de Souza à CPI das ONGs serviu para apontar caminhos à comissão, entre os quais a quebra do sigilo bancário dos responsáveis pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Na opinião do senador, a medida irá ajudar na investigação que está sendo conduzida pelo MP,

que não tem a prerrogativa da quebra de sigilos.

Alvaro comentou a abrangência nacional dos convênios e contratos da Finatec que, em sua avaliação, indicam algum tipo de privilégio da fundação.

– A Finatec demonstra possuir influência política e vínculos estreitos com o poder central em Brasília, não só pela proximidade física, mas pelas pessoas que consolidam esses vínculos.

Para Alvaro Dias, não só a Finatec, como as outras

empresas de apoio a ela vinculadas, e que também estão sob investigação do Ministério Público, apresentam indícios de malversação de dinheiro público e desvio de finalidade de recursos que deveriam ser destinados à pesquisa científica e tecnológica.

– Não é somente o dinheiro utilizado para decorar o apartamento do reitor, mas há também contratos de consultoria de gestão pública com prefeituras municipais – acrescentou o parlamentar.



À mesa com Inácio Arruda (E) e Raimundo Colombo, Timothy Mulholland presta depoimento na CPI

## Promotor não vê sentido na existência de fundações

“Não há mais sentido em que essas fundações de apoio ocupem o espaço público e desempenhem atividades empresariais”, afirmou o promotor Gladaniel Palmeira de Carvalho.

Segundo Gladaniel, o Ministério Público encontrou irregularidades não somente na Finatec, mas também nas outras quatro fundações de apoio ligadas à UnB. Entre as principais falhas, estão: desenvolvimento de atividades empresariais no âmbito dessas fundações; remuneração indireta e irregular de docentes contratados com dedicação exclusiva; utilização das fundações para burlar o princípio da legislação; subcontratação de empresas para executar serviços que deveriam ser prestados pelas fundações; e aplicação de recursos em atividades estranhas às de pesquisa e extensão universitária.

Já o promotor Ricardo Antônio de Souza explicou que o MP está fiscalizando as fundações de apoio para que elas não utilizem mais mecanismos ilegais.

## Reitor: verbas não eram específicas para pesquisa

O reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, afirmou que os recursos destinados pela Finatec à reforma e decoração do apartamento funcional em que morava e aquisição do automóvel que utilizava são originários do fundo de apoio institucional. Esse fundo é formado por uma porcentagem dos contratos de serviços firmados pela fundação com outros parceiros.

Esse montante, que não é específico para a pesquisa científica, pode ser aplicado como a UnB achar conveniente, já que cabe às fundações o suporte “para que as finalidades da UnB sejam cumpridas” – e, segundo o reitor, faz parte desse apoio o pagamento de pequenas despesas do “dia-a-dia”.

O presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), lembrou que hoje será ouvido Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da Unitrabalho e amigo do presidente Lula, e o atual presidente da instituição, Arquimedes Ciloni.



Cristovam Buarque (E) preside reunião que aprovou diversos projetos

## Música regional poderá ter incentivos da Lei Rouanet

A música regional poderá – ao lado da erudita e da instrumental – receber os benefícios fiscais da Lei Rouanet, de incentivo à cultura. A medida está prevista no Projeto de Lei 604/07, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Igualmente em decisão terminativa, a comissão acolheu o Projeto de Lei 204/07, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante da Educação Básica. Segundo o projeto, serão concedidas bolsas de estudo a alunos carentes de regiões onde não existam vagas na rede pública.

Também foi aprovado em decisão terminativa o Projeto de Lei 346/07, de Paulo Paim (PT-RS), que estabelece a correção anual – pelo INPC – das bolsas pagas a estagiários.

Três outros projetos foram acatados em decisão terminativa. O PLS 376/07, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus. O PLS 406/07, de Valdir

Raupp (PMDB-RO), permite a criação da Escola Técnica Federal de Rolim de Moura (RO). E o PLS 563/07, de Cícero Lucena (PSDB-PB), autoriza o Executivo a transformar a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (PB) em Centro Federal de Educação Tecnológica.

A CE aprovou ainda o PRS 95/07, de Sérgio Guerra (PSDB-PE), que denomina Senador Antônio Farias o edifício-sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado; o PLS 242/07, de Osmar Dias (PDT-PR), que inclui entre as beneficiárias do Supersimples Nacional as empresas que oferecem ensino médio e serviços de representação comercial e corretagem; e o PLC 73/07, que denomina Rodovia Synval Guazelli o trecho da rodovia BR-116 entre Vacaria (RS) e Porto Alegre.

Foi acolhido voto de louvor ao cardeal dom Eugênio Salles, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, por haver garantido proteção, durante o regime militar, a refugiados políticos sul-americanos. O requerimento é de Marcelo Crivella.

## Ministro busca o apoio de Garibaldi para mudar Lei Pelé

Acompanhado de dirigentes de clubes de futebol, o ministro do Esporte, Orlando Silva, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, a quem pediu apoio para mudanças na Lei Pelé (Lei 9.615/98) – o conjunto de normas que disciplina as relações dos atletas com os clubes em que são forma-

dos. O ministro e os dirigentes esportivos deixaram o Senado otimistas.

– Nós conquistamos hoje um apoio importante. O presidente do Senado se manifestou favoravelmente a ajustes na Lei Pelé. É importante dizer que o próprio Pelé também se manifestou favorável à revisão – disse Orlando Silva.



Denúncia de agência privada de Inteligência World Check é desmentida pelo ministro da Defesa em reunião com presidente do Senado e outros senadores

## Nelson Jobim nega remessa de armas do Brasil para a Venezuela

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, negou a informação de que o Brasil teria enviado armamentos à Venezuela em voo comercial. O desmentido veio em resposta ao pedido de explicações feito pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que exibiu denúncia divulgada na internet pela agência privada de Inteligência World Check.

– Houve, isso sim, autorizações do Ministério da Defesa para remessas, neste ano, de materiais de borracha, balas, que são de segurança pública. E houve também um pedido de munições para pistolas, autorizado pelo Ministério das Re-

lações Exteriores. Mas não houve transporte de armas de fogo pela TAM – esclareceu Jobim.

Segundo a World Check, um avião da TAM com uma tonelada e meia em armamentos teria partido do Brasil com destino à Venezuela, cumprindo a primeira etapa de um carregamento de 31 toneladas e meia a ser completado em três voos de dez toneladas cada.

De acordo com Jobim, que esteve no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves, para conversar com senadores, “a notícia não tem procedência”.

– O Comando da Aeronáutica

fez um levantamento urgente em relação aos voos para a Venezuela e não há absolutamente nada – sustentou.

Jobim também disse desconhecer a agência World Check.

– Não vim responder à World Check. Vim prestar informações ao Senado, entendendo a necessidade de que o ministro viesse imediatamente para resolver o problema – declarou.

Em nota, a TAM negou a realização de voos secretos e confirmou que transporta revólveres exportados pela empresa Taurus para a Venezuela e outros países.

## Explicações de ministro desfazem dúvidas, afirma Arthur Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), disse que a vinda do ministro da Defesa ao Senado desfez, em princípio, as dúvidas que pairavam sobre o trânsito de material bélico entre Brasil e Venezuela.

– Quero crer que o ministro disse a verdade ao negar que não houve e nem haverá envio de armas para o governo de Hugo Chávez – frisou o senador.

Jobim mencionara apenas a venda de balas de borracha e amostras de substâncias químicas para fabricação de gás lacrimogêneo como parte de ações de segurança pública no país vizinho.

O líder do PSDB elogiou o ministro por sua disposição ao

criar um novo padrão de relacionamento entre ministros e o Congresso. De agora em diante, afirmou Virgílio, outros ministros serão estrangidos a responder rapidamente aos requerimentos de informação.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que estava satisfeito momentaneamente com as informações prestadas por Jobim, mas disse esperar um detalhamento maior das vendas do Brasil na área de segurança. Como o ministro veio ao Senado ontem, a reunião da CRE que seria realizada hoje para ouvi-lo deixou de ser necessária.



No início da noite, o ministro da Defesa, Nelson Jobim (na cadeira central, à esquerda do presidente do Senado, Garibaldi Alves), compareceu ao Senado, negou envio de armas à Venezuela e disse desconhecer a autora da denúncia

## Inácio: Colômbia não acompanhou avanços políticos

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que o Brasil e demais países da América do Sul “lutem pela paz” na Colômbia, como forma de elevar a autoestima e ampliar a independência da região.

O senador fez uma análise da situação política dos países sul-americanos para mostrar que a Colômbia não acompanhou os avanços políticos alcançados pelas outras nações, como Brasil, Uruguai, Equador, Chile, Bolívia, Argentina e Peru.



Inácio Arruda pede que países da América do Sul “lutem pela paz” na Colômbia

## Esforço da OEA para acabar conflito tem voto de aplauso

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de iniciativa do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) propondo um voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela disposição de promover uma reunião extraordinária do Conselho Permanente da entidade com o objetivo de debater e solucionar pacificamente a recente crise entre Equador e Colômbia. O requerimento manifesta “total e irrestrito apoio” ao secretário-geral da OEA, o chileno José Miguel Insulza.

O conflito resultou de incursão do Exército da Colômbia em território do Equador em perseguição a integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que ali se refugiavam. Na operação foram mortos 17 membros das Farc, entre eles o vice-líder do movimento, Raúl Reyes. A Venezuela, em apoio ao Equador, expulsou os diplomatas colombianos de Caracas e anunciou o envio de forças à fronteira com a Colômbia.



Proposta aprovada pelos senadores é de iniciativa de Aloizio Mercadante

Mercadante lembrou, na justificação do requerimento, “os tradicionais laços de amizade que unem os povos de Brasil e do Equador e de Brasil e Colômbia”. E recorda que o Brasil teve, no passado, “êxito na solução pacífica de um conflito territorial entre Peru e Equador”.

### Não-intervenção

O senador destaca ainda que as ações militares extraterritoriais contrariam frontalmente o princípio da não-intervenção “e outros inscritos na Carta das Nações

Unidas, que afirma a igualdade jurídica dos Estados”. Ele citou trecho da Carta da própria OEA, segundo o qual “nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir direta ou indiretamente nos assuntos internos ou externos de outro”.

O requerimento de Mercadante recebeu apoio de vários senadores, entre eles Jefferson Péres (PDT-AM), que sugeriu a exclusão, no texto, do nome Farc como entidade ou Estado reconhecido por organizações internacionais. O parlamentar petista acolheu a sugestão do senador pelo Amazonas, ressaltando que o texto que estava apresentando se limitaria apenas à iniciativa da OEA de mediar o conflito diplomaticamente.

José Nery (PSOL-PA) classificou os discursos de apoio como radicais quanto à posição do Equador e contrários à Venezuela. Sérgio Guerra (PE) e Marconi Perillo (GO) pediram protestos mais enérgicos do Brasil contra Venezuela e Equador.

## Camata quer adiar exame de ingresso da Venezuela

Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu o adiamento da análise da entrada da Venezuela no Mercosul. A recomendação foi motivada pela postura de Hugo Chávez, que, segundo o senador, está contribuindo para a desestabilização das relações entre os países sul-americanos.

Na opinião de Camata, um computador portátil recentemente apreendido por militares colombianos comprova a ligação de Chávez com as Farc.



Camata: postura de Chávez contribui para desestabilizar relações no continente



Geraldo Magela



Serys diz que Palocci enfrenta linchamento moral da imprensa

## Serys contesta críticas da mídia a Antonio Palocci

A senadora Serys Shhessarenko (PT-MT) defendeu o deputado federal e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT-SP) das críticas relativas à recente denúncia do procurador-geral do Ministério Público, Antonio Fernando de Souza, contra o parlamentar.

A denúncia refere-se à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que depôs na Polícia Federal em abril de 2006 sobre o envolvimento de Palocci com políticos que freqüentavam uma mansão em Brasília. O fato levou o então ministro a renunciar ao cargo.

Serys disse que, agora que o assunto voltou aos jornais, "Palocci, mesmo sem ter sido condenado, está enfrentando um processo de linchamento moral pela mídia". Ela considerou tal comportamento "injusto para com o ex-ministro, cuja gestão foi elogiada pela sociedade".

– Palocci foi inteligente porque não mexeu no que vinha dando certo. Ele manteve a política cambial e a inflação baixa. A competência do ex-ministro é sobejamente destacada por muitos políticos da oposição, mas, principalmente, por ex-ministros e técnicos das diversas equipes econômicas do Brasil após a abertura democrática. Na sua passagem pelo Ministério da Fazenda, suas maiores virtudes foram lucidez e exata noção de suas responsabilidades – afirmou a parlamentar.

Representante da OMS afirma, em debate no Senado, que medidas adotadas no país para conter tabagismo servem de referência à comunidade internacional

# Especialista diz que Brasil tem leis avançadas para controle do tabaco

O Brasil possui uma das políticas mais avançadas do mundo no que se refere ao controle do consumo do tabaco, bem como a legislação mais abrangente da área, afirmou ontem o secretário-executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS), Haik Nikogosian. Ele fez a declaração durante reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Conforme explicou o presidente do colegiado, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o secretário-executivo foi recebido pela subcomissão a pedido do Ministério das Relações Exteriores, uma vez que Nikogosian veio



Papaléo (C), ao lado de Nikogosian (2º à esq.), preside Subcomissão de Defesa da Saúde

a Brasília para participar de reunião dos grupos de trabalhos da convenção-quadro, que teve início segunda-feira e se estende até sexta. A convenção tem o objetivo de proteger as gerações presentes e futuras dos males causados pelo consumo do fumo, assim como pela exposição à fumaça.

**152** países já assinaram o acordo, o que o transforma na convenção com maior número de adesões na história da ONU

O representante da OMS frisou que o sucesso dessa convenção poderá abrir caminho para que outros temas relacionados à saúde sejam tratados em nível mundial.

## Preço elevado do cigarro para dificultar consumo

Haik Nikogosian sugeriu, durante a reunião, que os governos adotem políticas de elevação do preço do cigarro a percentuais acima da inflação para que a população não tenha acesso fácil ao produto. Ele também defendeu aumento de impostos sobre derivados do tabaco como estratégia para reduzir o número de fumantes.

O presidente da subcomissão, se-

nador Papaléo Paes, afirmou que as autoridades brasileiras sempre viram a indústria de tabaco como grande fonte de arrecadação de impostos, desconsiderando, entretanto, os prejuízos econômicos acarretados pelas doenças geradas pelo tabagismo. Papaléo elogiou o trabalho do Ministério da Saúde no controle da propaganda de bebidas alcoólicas, salientando que

o alcoolismo também é um problema de saúde pública.

Por sua vez, Flávio Arns (PT-PR) lembrou que as audiências públicas contribuíram para a compreensão dos benefícios econômicos decorrentes da substituição do plantio de tabaco por outras culturas, o que favoreceu a aprovação da convenção-quadro pelo Senado.

## Papaléo destaca a importância de conferência sobre convenção



Papaléo: encontro inclui discussão com o Executivo e o Legislativo

Papaléo Paes destacou a importância da realização da primeira reunião da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. O evento tem o apoio da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

– É a primeira vez que uma conferência de saúde pública como essa é tratada em convenção em nível internacional – comentou o senador, acrescentando que o programa do encontro prevê discussões com os Poderes Executivo e Legislativo brasileiros sobre temas passíveis de serem incluídos em uma futura cooperação bilateral.

## Mão Santa critica proibição da venda de bebida próximo a BRs



Mão Santa relata dificuldade de restaurantes e hotéis no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a rejeição da medida provisória (MP 415/08) que proibiu a venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais. Ele comentou a situação de restaurantes e hotéis no pólo turístico de Luis Corrêa, próximo a Parnaíba, no Piauí, que estariam na iminência de fechar as portas em decorrência da medida.

– Beber pode; não pode é beber e guiar. É essa a educação que nós temos que exigir. Não uma MP! O que está dando de gente falindo, o que vi de gente chorando. Gente que tem duas décadas com seu hotelzinho, sua churrascaria, não pode mudar de profissão de uma hora para outra. Vamos repensar isso.



Sarney comenta apoio de cardeal a milhares de refugiados políticos

## Sarney destaca ação humanitária de dom Eugênio

José Sarney (PMDB-AP) solicitou ontem que seja transcrito nos Anais do Senado reportagem publicada pelo jornal *O Globo* que revela o trabalho realizado pelo Cardeal dom Eugênio Sales durante os anos em que a América do Sul abrigou diversas ditaduras militares.

– Foi sua ação vigorosa e cristã que salvou a vida de milhares de refugiados políticos. Ele intermediou, com seu temperamento, solturas e dissuadiu muitas ações militares de perseguição e violência. Dom Eugênio salvou vidas e evitou muitos sofrimentos. Ele o fez, despojado das luzes de quem quer aparecer. Eu sou amigo, há muitos anos, de dom Eugênio Sales. Com ele, já tive oportunidade de ter muitos e muitos encontros, mas nunca ouvi de seus lábios nenhuma referência a esses fatos, levados ao conhecimento do país pelo *O Globo*.

### Discrição

Sarney assinalou que dom Eugênio não era um militante, e, sim, um homem de ação e de resultados, além de discreto, religioso e cristão, que evitava aparecer no noticiário da época.

O parlamentar afirmou que o cardeal do Rio de Janeiro desejava apenas cumprir uma missão humanitária, e a desempenhou muito bem. No pronunciamento, José Sarney também citou o *Sermão da Sexagésima*, do padre Antônio Vieira, e disse que dom Eugênio Sales encarnaria a essência do texto.

Leopoldo Siro



Para Heráclito, recursos obtidos para o Piauí são insuficientes

## Heráclito critica viagem de governador

A viagem de 15 dias à Europa realizada pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), em busca de investimentos para o estado, recebeu críticas de Heráclito Fortes (DEM-PI). Para o senador, os resultados anunciados da incursão – a construção de um dos maiores campos de golfe do mundo e de mais um complexo hoteleiro de luxo no município de Luiz Correia – “são insuficientes”.

Heráclito acusou o governador de fazer turismo e cobrou a apresentação de investimentos que deveriam ter sido trazidos dessa viagem internacional. Ele também pediu informações sobre o tamanho da comitiva que acompanhou Wellington Dias.

O senador reclamou do que chamou de “rebaixamento” do estado, que recebeu menos recursos no Orçamento da União, e incitou o governador a “buscar empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para aplicar no Piauí em vez de viajar”.

Cobrou também iniciativas locais concretas, como a criação de programas de natureza especial ou de eventos, “que geraria movimentação de turistas o ano inteiro e salvaria os hotéis e o comércio do estado”.

Heráclito salientou que o setor de turismo precisa de investimentos em infraestrutura, como redes de água, energia e pavimentação, “no que o estado deve auxiliar as prefeituras”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que os comerciantes das estradas estão falindo por causa da medida provisória que proibiu a venda de bebida alcoólica nesses locais, e cobrou a finalização do porto de Luiz Correia.

Projetos que buscam facilitar a obtenção de financiamento rural e estender benefício a quem trabalha indiretamente na pesca artesanal são acolhidos pelos integrantes da CRA

# Comissão aprova fundo que visa garantir operações de crédito rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural. De natureza contábil, o fundo tem a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de crédito rural e eliminar a dificuldade para obtenção de crédito.

Na justificativa do projeto (PLS 303/07), Osmar Dias afirma que, no momento da contratação da operação de crédito rural, o produtor poderá também contratar o aval do fundo. Com isso, lembra o senador, os bancos poderão dispensar a apresentação de outras garantias para a concessão do financiamento.



Osmar Dias (ao lado de Kátia Abreu, na reunião da CRA) é autor do projeto

O relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), afirma no seu parecer que o fundo não prevê expressamente a utilização de recursos públicos. O crédito terá prazo de 24 meses e taxas de juros equivalentes à taxa Selic.

A principal fonte de receita do fundo seria, explica o relator, a própria contribuição paga pelos contratantes do aval. A ideia é que o fundo “seja

auto-sustentável, de forma que possa cobrir as obrigações do aval a partir de recursos próprios, de natureza eminentemente privada”, diz o relator.

## Educação

Também foi aprovado, na mesma reunião, requerimento do senador João Pedro (PT-AM) para a realização de sessão especial em comemoração aos dez anos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária.

João Pedro argumenta, ao justificar a proposta, que o programa promove a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação e da formação de educadores para as escolas de assentamentos do programa de reforma agrária.

## Seguro-desemprego a quem trabalha na pesca artesanal

Também foi acolhido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária projeto de lei do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que concede o benefício do seguro-desemprego às pessoas que trabalham indiretamente na pesca artesanal. Pela legislação atual, somente os pescadores têm direito a esse benefício.

De acordo com a proposta (PLS 238/05), serão beneficiados os trabalhadores que exerçam sua atividade na confecção e no reparo de embarcações, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas e no seu processamento, bem como

empregados em atividades que contribuem diretamente para o exercício da pesca.

Os que exercem essas atividades passarão a ter acesso aos direitos previdenciários e ao benefício do seguro-desemprego (período de reprodução e crescimento dos peixes em que é proibida a pesca), que hoje é restrito ao pescador artesanal.

O relator da matéria, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), observa que, embora o declínio da pesca artesanal seja, até certo ponto, inevitável, a concessão de seguro-desemprego aos que trabalham nessa atividade é uma

medida de justiça social.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirma, na justificativa de seu projeto, que com essas medidas asseguram-se a todos os que, diretamente, estão envolvidos na pesca artesanal os benefícios próprios e devidos àqueles participantes da atividade pesqueira.

Com parecer também já aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

## Interlegis promove seminário em João Pessoa

O Programa Interlegis promove, nos dias 13 e 14 de março, o Seminário Interlegis em João Pessoa, que será realizado no auditório do Fórum Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. O evento conta com a parceria da Assembléia Legislativa do estado e da Câmara Municipal de João Pessoa e terá a participação do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho; do 1º secretário da Casa e diretor nacional do Interlegis, Efraim Moraes (DEM-PB); e de autoridades estaduais do Legislativo e do Executivo.

O seminário é dirigido a parlamentares, funcionários das casas legislativas, servidores públicos,

professores e estudantes de nível superior. As inscrições podem ser feitas no site [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br). Será o primeiro evento da segunda fase do Programa Interlegis, a ser executada ao longo dos próximos quatro anos. O programa, efetivado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), teve início em 1997 e destina-se à modernização e à integração virtual do Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal.

### Programação

Após a apresentação da Orquestra Sinfônica da Paraíba, Efraim Moraes abrirá o seminário. Em seguida,

um representante do BID no Brasil discorrerá sobre a importância do programa para aquela instituição financeira.

Ainda no dia 13 haverá palestras do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Walter Costa Porto e do diretor da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Alaor Messias Marques Júnior. O seminário prossegue, no dia 14, com palestras do presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), Sebastião Miziara, e do professor de Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo Eládio Carneiro.



Para Malta, crime de abuso sexual de crianças deve ser tipificado

## Criada CPI sobre pedofilia na internet

O requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia foi lido ontem em Plenário. A CPI também deve apurar as possíveis relações desses casos com o crime organizado.

A partir de agora, os líderes partidários já podem indicar senadores para comporem o colegiado. Requerida por Magno Malta (PR-ES), a comissão será composta de sete titulares e sete suplentes e terá duração de 120 dias.

Segundo Malta, o Ministério Público dos estados e a Polícia Federal (PF) dispõem de material que dá a verdadeira dimensão desse crime pela internet. A CPI vai se basear principalmente nos resultados da Operação Carrossel, da PF, deflagrada no final de 2007, quando foram cumpridos mais de cem mandados de busca e apreensão em 14 estados e no Distrito Federal.

### Clamor da sociedade

Em Plenário, Malta afirmou que a decisão do Senado “é uma resposta ao clamor da sociedade”. Para ele, o crime de abuso sexual de crianças deve ser tipificado no Código Penal.

– Tem muita gente que mora em condomínio, gente com muito dinheiro no banco, gente com militância religiosa envolvida em crime de pedofilia – disse.

Em apartes, Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Valter Pereira (PMDB-MS) elogiaram a criação da CPI.

No mesmo discurso, Malta apoiou a intenção de produtores de cachaça do distrito de Burarama, em Cachoeiro de Itapemirim (ES), de mudar a produção para açúcar mascavo, rapadura e álcool combustível.





Kátia Abreu: aprovação de medida provisória do Reporto é necessária

## Kátia Abreu cobra investimentos no sistema portuário

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu mais investimentos no sistema portuário para acompanhar as exportações de grãos, que saltaram de 40 milhões de toneladas em 1997 para 102 milhões em 2007. Os investimentos, disse, não aumentaram sequer 20% no período.

A ineficiência eleva ainda os custos de importação de insumos, como fertilizantes e adubos. Kátia pediu a aprovação da medida provisória (MP 412/08) que incentiva a modernização da estrutura portuária (Reporto).



Mesquita pede serviço de utilidade pública à comunicação do Senado

## Mesquita quer TV Senado na união de crianças a famílias

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) quer que os meios de comunicação do Senado divulguem fotos e ajudem a localizar a família do menino Tiago, encontrado há dois anos nos arredores de Brasília. O garoto vive no abrigo Lar Nosso Lar, no Distrito Federal.

A criança já poderia ser adotada, mas o senador considera melhor esgotar os recursos para localizar a família. Na presidência, Magno Malta (PR-ES) disse que prestar serviços de utilidade pública é “uma obrigação da TV Senado”.

Proposta tem 18 votos na CAE, mas líder do governo anuncia que vai pedir exame da matéria em Plenário. Receita alega que tempo é curto para analisar declarações com indícios de fraude

# Comissão fixa em 90 dias prazo para a restituição do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, com 18 votos favoráveis, projeto que fixa prazo máximo de 90 dias para a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física. A proposta (PLS 58/06), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), recebeu decisão terminativa na CAE e seguiria direto para a Câmara, caso não houvesse recurso em contrário. Mas o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que vai pedir que o Plenário analise a matéria.

De acordo com o projeto, o prazo seria contado a partir do último dia útil previsto para a entrega da declaração, o que geralmente ocorre no fim de abril. Segundo Alvaro Dias, a demora



Para Alvaro, demora é “prática escancarada de empréstimo compulsório”

caracteriza “prática escancarada de empréstimo compulsório não autorizada”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou argumentos da Receita Federal, segundo a qual a medida traria problemas ao fluxo de caixa do Tesouro Nacional, prejudicando repasses de recursos para estados e municípios. Outra alegação

da Receita é que 90 dias não são suficientes para analisar declarações com indícios de fraudes, o que levaria ao pagamento de restituições sob suspeita.

Relator da proposta, Francisco Dornelles (PP-RJ) considera que o órgão tem condições de pagar as restituições no prazo. Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou que menos de 7% das pessoas físicas têm declarações com irregularidades e, portanto, “não se pode punir uma maioria por causa de uma minoria”.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), sugeriu como alternativa projeto, já aprovado no Senado, que obriga a Receita a pagar as restituições no mesmo ano da entrega das declarações.

## CAE recomenda aprovação de projeto que limita uso de chumbo em tinta

A CAE aprovou parecer favorável a projeto que impõe limite máximo de chumbo em tintas, vernizes e similares para pintura de imóveis e para uso infantil ou escolar. A proposta (PLC 1/07) veda a fabricação, comercialização e importação desses produtos com concentração igual ou superior a seis centésimos por cento (0,06%) de chumbo, em peso. Já aprovada na Câmara, a proposta vai a decisão final em Plenário, com pedido de urgência da CAE.

O relatório de Eduardo Suplicy (PT-SP) informa ter levado em conta estudos solicitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre os riscos de contaminação.

O projeto também prevê penalidades administrativas para fabricantes e importadores que desrespeitarem as normas. Independentemente das sanções cíveis e penais aplicáveis, os

produtos podem ser apreendidos e os infratores, sujeitos a multa no valor das mercadorias.

### Exceções

A proposta inclui dispositivo para definir que a restrição quanto ao uso máximo de chumbo não se aplicará a tintas, vernizes e similares utilizados no revestimento de superfície de produtos como eletrodomésticos e móveis metálicos, equipamentos agrícolas e industriais, estruturas industriais, automóveis, aviões e embarcações, além de tintas para uso artístico e gráfico. No relatório, Suplicy diz que o chumbo e alguns de seus compostos são de grande utilidade e até insubstituíveis em diversas aplicações industriais.

A partir da vigência da lei, importadores deverão apresentar resultados de testes de laboratório sobre o uso de chumbo nos produtos estrangeiros.

## Contaminação gera doenças e mortes

O chumbo é um metal pesado, altamente tóxico, que produz doenças devastadoras e mortes. A acumulação de chumbo no organismo pode afetar severamente as funções cerebrais, sangue, rins, sistema digestivo e reprodutor, com possibilidade de produzir mutações genéticas em descendentes.

O produto pode se dispersar no solo, na água e por meio de emissões atmosféricas, normalmente de resíduos industriais. A contaminação também ocorre por meio do contato com produtos com chumbo em limites acima dos toleráveis em sua composição.

Os sintomas clássicos são irritabilidade, dor de cabeça, tremor muscular, alucinações, perda da memória e da capacidade de concentração. As manifestações podem progredir até o delírio, causando convulsões, paralisias e coma. Os danos afetam as funções da memória e do aprendizado.

## Senado acolhe recondução de Fialho à direção da Antaq

Os senadores aprovaram ontem a recondução do engenheiro civil Fernando Antônio Brito Fialho ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foram 37 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção. A aprovação, que teve como base parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

(CI), será comunicada ao presidente da República.

O engenheiro ocupa o cargo desde julho de 2006 e, durante sabatina na CI, na semana passada, considerou que o transporte aquaviário ajuda na preservação ambiental por poluir menos que o rodoviário. Disse também que o fortalecimento das hidrovias

brasileiras é prioridade para a Antaq, assim como a interligação dessas hidrovias com rodovias e aeroportos. O diretor-geral da agência garantiu que o setor portuário brasileiro e o turismo marítimo apresentaram “grande evolução” nos últimos anos e destacou a importância da construção de novas eclusas nos rios do país.



Intenção de Ideli é ampliar número de municípios beneficiados

## Ideli e Virgílio sugerem debater ISS sobre leasing

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) propôs – e Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou em apoiar – a realização de reunião na CAE para discutir o projeto (PLS 266/07) sobre o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) nas operações de arrendamento mercantil – ou *leasing*. Atualmente, o recolhimento do ISS vai para o município onde o banco que realiza a operação tem sede e não para o município onde a operação é realizada.

– A arrecadação não ficará concentrada em apenas meia dúzia de municípios que têm a sede do banco – destacou Ideli.

Ela agradeceu a Virgílio por permitir que fosse a primeira a assinar o requerimento que pede sessão em homenagem ao tenista Gustavo Kuerten, o Guga.

## Paim cobra votação de reajuste de aposentadorias

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou de Romero Jucá (PMDB-RR) urgência na apresentação de relatório sobre o projeto (PLS 58/03) de sua autoria que assegura às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário mínimo. Segundo Paim, Jucá já dispôs de mais de cinco meses para concluir o relatório.

– Se houver uma vigília até a apreciação do projeto, estou junto – disse.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) se disseram favoráveis à sugestão de Paim para realização de uma vigília ou à suspensão de votações.